

(Válido para o ano de 2015)

CONVENÇÃO DE SUBVENÇÃO

ANEXO II

CONDIÇÕES GERAIS

PARTE A - DISPOSIÇÕES JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS

ARTIGO II.1 - OBRIGAÇÕES GERAIS E PAPÉIS DOS BENEFICIÁRIOS

II.1.1 Obrigações gerais dos beneficiários e papéis

Os beneficiários devem:

- a) Ser responsáveis pela realização da ação de acordo com os termos e condições da Convenção;
- b) Ser responsáveis pela observância de todas as obrigações legais que lhe incumbem;
- c) Tomar as medidas internas adequadas para a boa execução do Projeto, de acordo com as disposições da presente Convenção; nos casos previstos nas Condições Específicas, essas medidas devem assumir a forma de um acordo de cooperação interna entre os beneficiários.

II.1.2. Obrigações gerais e papéis dos beneficiários

A cada beneficiário caberá:

- a) Informar de imediato ao coordenador qualquer alteração suscetível de afetar ou atrasar a implementação do Projeto, e da qual o beneficiário esteja consciente;
- b) informar de imediato ao coordenador qualquer alteração da sua situação jurídica, financeira, técnica, organizacional ou de propriedade e de qualquer alteração em seu nome, endereço ou representante legal;
- c) submeter ao coordenador, em devido tempo:
 - (i) os dados necessários para elaborar os relatórios, demonstrações financeiras e outros documentos previstos na Convenção;

(ii) todos os documentos necessários em caso de auditorias, verificações, avaliação e controlo, em conformidade com os Artigos II.20 e II.21.

(iii) qualquer outra informação a ser remetida à AN, nos termos da Convenção, salvo se o acordo exigir que essas informações sejam remetidas diretamente pelo beneficiário à AN.

II.1.3 Obrigações Gerais e papel do coordenador

Ao coordenador cumpre:

a) Monitorizar a execução do Projeto nos termos da Convenção;

b) intermediar todas as comunicações entre os beneficiários e a AN, salvo disposição em contrário prevista na Convenção, em particular no que respeita a:

(i) comunicar de imediato à AN qualquer alteração de nome, endereço, representante legal, bem como da situação jurídica, financeira, técnica, organizacional ou da propriedade de qualquer dos beneficiários, bem como qualquer evento suscetível de afetar ou atrasar a implantação do Projeto, da qual o coordenador esteja consciente;

(ii) assumir a responsabilidade pelo fornecimento de todos os documentos e informações para a AN que possam ser exigidas no âmbito da Convenção, salvo disposição em contrário; quando a informação é exigida de outros beneficiários, o coordenador assume a responsabilidade pela obtenção e verificação dessas informações antes de a remeter para a AN;

c) tomar as medidas necessárias para a prestação de quaisquer garantias financeiras exigidas nos termos da Convenção;

d) estabelecer os pedidos de pagamento em conformidade com a Convenção;

e) onde é designado como o único recetor de pagamentos em nome de todos os beneficiários, garantir que todos os pagamentos apropriados são efetuados para os outros beneficiários, sem demora injustificada. O coordenador deverá efetuar todos os pagamentos por transferência bancária e manter a prova adequada dos montantes transferidos para cada beneficiário para todas as verificações e auditorias nos termos do Artigo II.20.

f) assumir a responsabilidade pelo provimento de todos os documentos necessários em caso de verificações e auditorias iniciadas antes do pagamento do saldo, e em caso de avaliação, em conformidade com os Artigos II.20 e II.21.

O coordenador não poderá subcontratar qualquer parte de suas tarefas para os outros beneficiários ou a terceiros.

ARTIGO II.2 - COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

II.2.1 Forma e meios de comunicação

Quaisquer comunicações relacionadas com a Convenção ou com a sua execução devem ser efetuadas por escrito (em papel ou formato eletrónico), incluir o número da Convenção e ser elaboradas utilizando os contactos indicados no Artigo I.6.

As comunicações eletrónicas devem ser confirmadas por uma versão original assinada em papel da comunicação, se tal for solicitado por qualquer das partes, desde que esse pedido seja apresentado sem atrasos injustificados. O remetente deve enviar a versão original assinada em papel sem atrasos injustificados.

As notificações formais devem ser efetuadas por correio registado com aviso de receção ou equivalente, ou por um meio eletrónico equivalente.

II.2.2 Data das comunicações

Qualquer comunicação é considerada como efetuada quando é recebida pela parte destinatária, salvo se a Convenção mencionar a data em que a comunicação foi enviada.

A comunicação eletrónica é considerada como recebida pela parte destinatária no dia do envio bem-sucedido da comunicação, desde que seja enviada para os endereços indicados no Artigo I.6. O envio é considerado falhado se a parte remetente receber uma mensagem de erro na entrega. Neste caso, a parte remetente deve reenviar imediatamente a comunicação para qualquer dos outros endereços enumerados no Artigo I.6. Em caso de falha de envio, a parte remetente não deve ser considerada como tendo faltado à sua obrigação de enviar a comunicação dentro de um determinado prazo.

O correio enviado para a AN utilizando o serviço postal é considerado como tendo sido recebido pela AN na data em que for registado pelo departamento identificado no Artigo I.6.2.

As notificações formais efetuadas por correio registado com aviso de receção ou equivalente, ou por meios eletrónicos equivalentes, devem ser consideradas como tendo sido recebidas pela parte destinatária na data indicada no aviso de receção ou equivalente.

ARTIGO II.3 - RESPONSABILIDADE POR PERDAS E DANOS

II.3.1 A AN e a Comissão não são responsáveis por quaisquer danos causados ou sofridos pelos beneficiários, incluindo quaisquer danos causados a terceiros em consequência ou durante a execução da ação.

II.3.2 Salvo em casos de força maior, os beneficiários devem compensar a AN por quaisquer danos sofridos por esta em resultado da execução da ação, da sua inexecução ou execução deficiente, parcial ou tardia.

ARTIGO II.4 - CONFLITO DE INTERESSES

II.4.1 Os beneficiários devem tomar todas as medidas necessárias para prevenir situações em que a execução imparcial e objetiva da Convenção seja posta em causa por motivos relacionados com interesses económicos, afinidades políticas ou nacionais, relações familiares ou afetivas ou quaisquer outros interesses comuns («conflito de interesses»).

II.4.2 Qualquer situação que constitua um conflito de interesses ou possa conduzir a um conflito de interesses durante a execução da Convenção deve ser comunicada de imediato por escrito à AN. Os beneficiários devem tomar imediatamente todas as medidas necessárias para corrigir essa situação. A AN reserva-se o direito de verificar se essas medidas são adequadas e pode exigir aos beneficiários medidas suplementares num prazo que será fixado para o efeito.

ARTIGO II.5 - CONFIDENCIALIDADE

II.5.1 A AN e os beneficiários devem preservar a confidencialidade de quaisquer informações e documentos, sob qualquer forma, disponibilizados por escrito ou oralmente relacionados com a execução da Convenção, e cujo caráter confidencial esteja explicitamente indicado por escrito.

II.5.2 Os beneficiários não devem utilizar informações e documentos confidenciais por qualquer motivo diferente do cumprimento das suas obrigações decorrentes da Convenção, salvo acordo em contrário por escrito da AN.

II.5.3 A AN e os beneficiários estão vinculados às obrigações mencionadas nos Artigos II.5.1 e II.5.2 durante a execução da Convenção e por um período de cinco anos a contar da data de pagamento do saldo, a menos que:

- a) A parte em questão concorde antecipadamente em abdicar das obrigações de confidencialidade da outra parte;
- b) As informações confidenciais se tornem públicas por outros meios que não representem uma violação da obrigação de confidencialidade, através da divulgação pela parte sujeita ao cumprimento dessa obrigação;
- c) A divulgação das informações confidenciais for exigida por lei.

ARTIGO II.6 - TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

II.6.1 Tratamento de dados pessoais pela AN e Comissão

Quaisquer dados pessoais incluídos na convenção devem ser processados pela Agência Nacional na observância dos preceitos estabelecidos nas leis nacionais.

Quaisquer dados pessoais armazenados nas ferramentas informáticas fornecidas pela Comissão Europeia devem ser processados pelas Agências Nacionais no respeito pela Regulamentação Nº. 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de dezembro de 2000 sobre a proteção dos indivíduos no que diz respeito ao processamento dos dados pessoais pelas instituições e organismos Comunitários e sobre o livre movimento desses dados.

Os dados são tratados exclusivamente para efeitos da execução, gestão e acompanhamento da Convenção pela entidade que age como responsável pelo tratamento dos dados, nos termos do Artigo 1.6.1, sem prejuízo da sua eventual transmissão a organismos encarregados de uma missão de acompanhamento ou inspeção em conformidade com a legislação nacional.

O beneficiário tem o direito de aceder aos seus dados pessoais e de os retificar. Se o beneficiário tiver quaisquer questões relativas ao tratamento dos seus dados pessoais, deve colocá-las à entidade responsável pelo tratamento dos dados identificados no Artigo 1.6.1.

O beneficiário tem o direito de interpor recurso, a qualquer momento, junto da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados.

II.6.2 Tratamento de dados pessoais pelos beneficiários

Quando a Convenção exigir o tratamento de dados pessoais pelos beneficiários, estes só poderão atuar sob a supervisão da entidade responsável pelo tratamento dos dados identificado no Artigo 1.6.1, em especial no que se refere aos objetivos do tratamento, à determinação das categorias dos dados que podem ser tratados, aos destinatários dos dados e à forma como a pessoa em causa pode exercer os seus direitos.

Aos beneficiários só é permitido o acesso aos dados pelo seu pessoal na medida do estritamente necessário para a execução, gestão e acompanhamento da Convenção.

Os beneficiários comprometem-se a adotar medidas de segurança adequadas, a nível técnico e organizacional, tendo em conta os riscos inerentes ao tratamento e à natureza dos dados pessoais em causa, a fim de:

- a) Impedir que uma pessoa não autorizada tenha acesso aos sistemas informáticos de tratamento dos dados pessoais, em especial:
 - (i) A leitura, cópia, alteração ou remoção não autorizada dos suportes de armazenamento;
 - (ii) A inserção de dados não autorizada, bem como qualquer divulgação, alteração ou supressão não autorizada dos dados pessoais armazenados;

- (iii) A utilização por pessoas não autorizadas dos sistemas de tratamento de dados através de equipamento de transmissão de dados;
- b) Garantir que os utilizadores autorizados de um sistema de processamento de dados só podem aceder aos dados pessoais abrangidos pelo seu direito de acesso;
- c) Registrar quais os dados pessoais comunicados, quando e a quem;
- d) Garantir que o tratamento de dados pessoais por conta de terceiros só possa ser efetuado nos moldes definidos pela AN;
- e) Assegurar que durante a comunicação de dados pessoais e transporte de suportes de dados, estes não possam ser lidos, copiados ou apagados sem autorização;
- f) Conceber a sua estrutura organizacional de modo a cumprir os requisitos de proteção dos dados.

ARTIGO II.7 - VISIBILIDADE DO FINANCIAMENTO DA UNIÃO

II.7.1 Informação sobre o financiamento da União e a utilização do símbolo da União Europeia

Qualquer comunicação ou publicação dos beneficiários relacionadas com o Projeto, incluindo em conferências, seminários ou quaisquer materiais informativos ou promocionais (como brochuras, folhetos, cartazes, apresentações, etc.), deve indicar que a ação recebeu financiamento da União e deve conter o símbolo da União Europeia.

http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/publ/graphics/identity_en.htm

e

http://ec.europa.eu/dgs/communication/services/visual_identity/pdf/use-emblem_en.pdf

Quando apresentado em associação com outro logótipo, o símbolo da União Europeia deve ter o destaque adequado.

A obrigação de apresentar o símbolo da União Europeia não confere aos beneficiários o direito de utilização exclusiva do mesmo. Os beneficiários não devem apropriar-se do símbolo da União Europeia nem de qualquer marca ou logótipo semelhante, quer por registo ou por qualquer outro meio.

II.7.2 Declarações de exoneração de responsabilidade da AN e da Comissão

Qualquer comunicação ou publicação dos beneficiários relacionada com o Projeto realizado, seja qual for a forma ou o suporte utilizados, devem mencionar que apenas compromete o seu autor e que a AN e Comissão não são responsáveis pela utilização que possa ser feita das informações aí contidas.

ARTIGO II.8 - DIREITOS PREEXISTENTES, PROPRIEDADE E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS (INCLUINDO DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL)

II.8.1 Propriedade dos resultados pelos beneficiários

Salvo disposição em contrário da Convenção, a propriedade dos resultados do Projeto, dos relatórios e de outros documentos relativos, incluindo os direitos de propriedade industrial e intelectual, pertencerão aos beneficiários.

II.8.2 Direitos de propriedade intelectual e industrial preexistentes

Quando existam direitos de propriedade industrial e intelectual, incluindo direitos de terceiros, anteriores à celebração da presente Convenção, os beneficiários devem elaborar uma lista que especifique todos os direitos de propriedade e de utilização, bem como os direitos de propriedade intelectual e industrial preexistentes e comunicá-la à AN, o mais tardar antes do início da execução.

Os beneficiários devem assegurar que dispõem, ou que as suas entidades afiliadas dispõem, de todos os direitos que permitem a utilização durante a execução da Convenção de quaisquer direitos de propriedade intelectual e industrial preexistentes .

II.8.3 Direitos de utilização pela AN e a União dos resultados e dos direitos preexistentes

Sem prejuízo dos Artigos II.1, II.3 e II.8.1, os beneficiários concedem à União o direito de utilização dos resultados do Projeto para os seguintes efeitos:

a) Utilização para os seus próprios fins, nomeadamente disponibilização a pessoas que trabalhem para a AN, a outras instituições, agências e órgãos da União e a instituições dos Estados-Membros, bem como para os copiar e reproduzir, na totalidade ou em parte, e em número ilimitado de cópias;

- b) Distribuição ao público, nomeadamente publicação em papel e em formato eletrónico ou digital, publicação na Internet, incluindo no sítio Web Europa como ficheiro transferível ou não transferível, radiodifusão por qualquer técnica de transmissão, exibição ou apresentação pública, comunicação através dos serviços de informação da imprensa, inclusão em bases de dados ou índices globalmente acessíveis;
- c) Tradução;
- d) Concessão de acesso mediante pedidos individuais, sem direito de reprodução ou exploração, tal como previsto no Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão;
- e) Armazenamento em formato de papel, eletrónico ou outro;
- f) Arquivamento, em harmonia com as regras de gestão de documentos aplicáveis à AN;
- g) Autorizar ou sublicenciar a terceiros os modos de exploração definidos nas alíneas b) e c).

Podem incluir-se outros direitos de utilização pela AN/União nas Condições Específicas.

Os beneficiários devem garantir à AN e/ou União o direito de utilizar quaisquer direitos de propriedade industrial e intelectual preexistentes que tenham sido incluídos nos resultados do Projeto. Salvo disposto em contrário nas Condições Específicas, esses direitos preexistentes devem ser utilizados para os mesmos efeitos e sob as mesmas condições aplicáveis aos direitos de utilização dos resultados da Projeto.

As informações sobre o titular dos direitos de autor devem ser mencionadas aquando da divulgação dos resultados pela AN e União. Devem ser apresentadas conforme se segue: «- ano - nome do titular dos direitos de autor. Todos os direitos reservados. Licenciado à União Europeia sob condições».

ARTIGO II.9 - ADJUDICAÇÃO DE CONTRATOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO

II.9.1 Se a execução do Projeto exigir a aquisição de bens, obras ou serviços, os beneficiários devem adjudicar o contrato ao candidato que apresente a proposta economicamente mais vantajosa ou, se apropriado, ao candidato que ofereça o preço mais baixo. Deste modo, deve o beneficiário evitar eventuais conflitos de interesses.

Os beneficiários que ajam na qualidade de autoridade adjudicante na aceção da Diretiva 2004/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 sobre procuração pública e sobre a diretiva revogada 2004/18/EC ou de entidade adjudicante na aceção da Diretiva 2014/25/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais, devem cumprir as regras nacionais aplicáveis em matéria de contratos públicos.

II.9.2 Os beneficiários são os únicos responsáveis pela realização da ação e pelo respeito das disposições da Convenção. Os beneficiários devem assegurar que qualquer contrato público contém disposições que determinem que o adjudicatário não tem quaisquer direitos face à AN nos termos da Convenção.

II.9.3 Os beneficiários devem assegurar que as condições que lhe são aplicáveis nos termos dos Artigos II.3, II.4, II.5, II.8, II.20 e II.21 são igualmente aplicáveis ao adjudicatário do contrato.

ARTIGO II.10 - SUBCONTRATAÇÃO DE TAREFAS QUE FAZEM PARTE DO PROJECTO

II.10.1 Um «subcontrato» é um contrato público na aceção do Artigo II.9, que abrange a execução, por um terceiro, de tarefas que fazem parte do Projeto, descritas no Anexo I.

II.10.2 Os beneficiários podem subcontratar tarefas que fazem parte do Projeto, desde que, para além das condições especificadas no Artigo II.9 e nas condições específicas, sejam respeitadas as seguintes condições:

- a) A subcontratação abrange apenas a execução de uma parte limitada do Projeto;
- b) O recurso à subcontratação deve ser justificado em relação à natureza do Projeto e às necessidades da sua execução;
- c) Os custos estimados da subcontratação sejam claramente identificáveis no orçamento previsional apresentado no Anexo II;
- d) Qualquer recurso à subcontratação, se não estiver previsto no Anexo I, seja comunicado pelo coordenador e aprovado pela AN, sem prejuízo do disposto no Artigo II.11.2;

e) Os beneficiários asseguram que as condições que lhe são aplicáveis nos termos do Artigo II.7 são igualmente aplicáveis ao subcontratante.

ARTIGO II.11 - ALTERAÇÕES À CONVENÇÃO

II.11.1 Qualquer alteração à Convenção deve ser efetuada por escrito.

II.11.2 A alteração não pode ter por objeto ou efeito introduzir na Convenção alterações substanciais suscetíveis de pôr em causa a decisão de concessão da subvenção ou de infringir a igualdade de tratamento dos requerentes da subvenção.

II.11.3 Qualquer pedido de alteração deve ser devidamente justificado e enviado à outra parte atempadamente, antes da produção de efeitos e, em todo o caso, um mês antes do final do prazo definido no Artigo I.2.2, salvo em casos devidamente justificados pela parte que requer a alteração e aceites pela outra parte.

II.11.4 Qualquer pedido de alteração solicitado pelos beneficiários serão submetidos pelo coordenador.

II.11.5 As alterações entram em vigor na data da última assinatura pelas partes ou na data da aprovação do pedido de alteração.

As alterações produzem efeitos numa data acordada pelas partes ou, na sua ausência, na data em que a alteração entra em vigor.

ARTIGO II.11 - CESSÃO DE CRÉDITOS PARA PAGAMENTOS A TERCEIROS

II.12.1 Os créditos detidos pelos beneficiários perante a AN não podem ser cedidos a terceiros, salvo em casos devidamente justificados em função da situação.

A cessão apenas será oponível à AN se esta tiver aceitado a cessão com base num pedido por escrito e motivado, elaborado para esse efeito pelo coordenador, em nome dos beneficiários. Na ausência da

referida aceitação, ou em caso de incumprimento das condições aí estipuladas, a cessão não produz efeitos em relação à AN.

II.12.2 Uma tal cessão não pode, em caso algum, isentar os beneficiários das suas obrigações face à AN.

ARTIGO II.13 - FORÇA MAIOR

II.13.1 Entende-se por «força maior» qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes e não imputável a falta ou negligência de uma delas ou das entidades por si subcontratadas, das entidades afiliadas ou de terceiros envolvidos na execução, que impeça a execução, por qualquer das partes, de uma das suas obrigações decorrentes da Convenção e que não pôde ser resolvido apesar das diligências realizadas. A falha de um serviço, os defeitos de equipamento ou material ou o atraso na sua disponibilização, a menos que resulte diretamente de um caso relevante de força maior, bem como os conflitos laborais, greves ou dificuldades financeiras, não podem ser invocados como casos de força maior.

II.13.2 Se uma das partes for confrontada com um caso de força maior, deve notificar formalmente de imediato a outra parte, indicando a sua natureza, duração provável e efeitos previsíveis.

II.13.3 As partes da Convenção devem tomar todas as medidas necessárias para minimizar os eventuais danos resultantes de um caso de força maior. Devem envidar todos os esforços para retomar a execução do Projeto logo que possível.

II.13.4 A parte afetada pela força maior não será considerada como tendo faltado a uma das suas obrigações convencionais, se tiver sido impedida por um caso de força maior.

ARTIGO II.14 - SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO PROJECTO

II.14.1 Suspensão da execução pelos beneficiários

O coordenador, em nome dos beneficiários, pode suspender a execução do Projeto, ou de parte da mesma, quando circunstâncias excecionais, nomeadamente de força maior, tornarem a referida execução

impossível ou demasiado difícil. O coordenador deve informar imediatamente do facto à AN, comunicando todas as justificações e especificações necessárias, bem como a data previsível do recomeço dos trabalhos.

Salvo se a Convenção for resolvida nos termos do Artigo II.15.1, II.15.2 ou das alíneas c) ou d) do Artigo II.15.3.1, o coordenador deve retomar a execução do Projeto assim que estejam reunidas as condições para o efeito, e informar imediatamente a AN, apresentando um pedido de alteração da Convenção como previsto no Artigo II.14.3.

II.14.2 Suspensão da execução pela AN

II.14.2.1 A AN pode suspender a execução do Projeto, na sua totalidade ou em parte:

- a) Se a AN tiver provas de que o beneficiário é responsável por erros substanciais, irregularidades ou fraude no procedimento de concessão ou na execução da Convenção ou se o beneficiário não cumprir as suas obrigações decorrentes da Convenção;
- b) Se a AN suspeitar de que o beneficiário é responsável por erros substanciais, irregularidades, fraude ou incumprimento das obrigações no procedimento de concessão ou na execução da Convenção e precisar de verificar se estes ocorreram efetivamente.

II.14.2.2 Antes de suspender a execução, a AN notifica formalmente o coordenador da sua intenção de suspender, especificando as razões para esse facto e, nos casos mencionados nas alíneas a) do Artigo II.14.2.1, as condições necessárias para retomar a execução. O coordenador será convidado a apresentar as suas observações no prazo de 30 dias de calendário a partir da receção da notificação.

Se, após o exame das observações apresentadas pelo coordenador, a AN decidir interromper o procedimento de suspensão, esta deve notificar formalmente o coordenador.

Se não tiverem sido apresentadas observações ou se, apesar das observações apresentadas pelo coordenador, a AN decidir prosseguir com o procedimento de suspensão, esta pode suspender a execução através de notificação formal dirigida ao coordenador, especificando os motivos da suspensão e, nos casos mencionados nas alíneas a) do Artigo II.14.2.1, as condições definitivas para retomar a execução ou, no caso mencionado na alínea b) do Artigo II.14.2.1, a data indicativa de conclusão da verificação necessária.

O coordenador deverá informar os restantes beneficiários de imediato.

A suspensão produz efeitos 5 dias após a receção da notificação pelo coordenador, ou numa data posterior, se eventualmente prevista na notificação.

Para retomar a execução, os beneficiários devem tomar todas as medidas para satisfazer o mais rapidamente possível as condições indicadas na notificação e deve informar a AN de quaisquer progressos efetuados neste sentido.

Exceto se a Convenção for denunciada nos termos do Artigo II.15.1 e II.15.2. ou das alíneas c) ou ((i) do Artigo II.15.3.1, assim que considerar que estão reunidas as condições para que a execução seja retomada, ou que foram realizadas as verificações necessárias, incluindo controlos no local, a AN, deve notificar formalmente o coordenador e convidá-lo a apresentar um pedido de alteração da Convenção nos termos do Artigo II.14.3.

II.14.3 Efeitos da suspensão

Se a execução do Projeto puder ser retomada e a Convenção não for resolvida, a Convenção deve ser alterada nos termos do Artigo II.11 de modo a definir a data em que o Projeto deve ser retomado, a extensão da duração da ação e as eventuais modificações que possam ser necessárias para adaptar o Projeto às novas condições de execução.

A suspensão considera-se levantada a partir da data em que o Projeto é retomado de comum acordo entre as partes nos termos do primeiro parágrafo. Essa data pode ser anterior à data de entrada em vigor da alteração.

Os custos incorridos pelos beneficiários durante o período de suspensão para executar total ou parcialmente a ação suspensa não são reembolsados nem cobertos pela subvenção.

O direito de a AN suspender a execução não prejudica o seu direito de resolver a Convenção nos termos do Artigo II.15.3, nem o seu direito de reduzir a subvenção ou recuperar montantes indevidamente pagos, nos termos dos Artigos II.18.4 e II.19.

Nenhuma das partes terá direito a pedir indemnização por motivos de suspensão pela outra parte.

ARTIGO II.15 - RESOLUÇÃO DA CONVENÇÃO

II.15.1 Resolução da Convenção pelo coordenador

Em casos devidamente justificados, o coordenador, em representação dos beneficiários, pode resolver a Convenção, mediante notificação formal dirigida à AN, identificando claramente os motivos e especificando a data em que a resolução produz efeitos. A notificação deve ser enviada antes da data em que a resolução da Convenção produz efeitos.

Na ausência de fundamentação ou caso a AN considere que os motivos expostos não justificam a resolução, esta deve notificar o coordenador, especificando os motivos dessa decisão, sendo a resolução considerada abusiva, com as consequências previstas no quarto subparágrafo do Artigo II.15.4.

II.15.2 Resolução da participação de um ou mais beneficiários pelo Coordenador

Em casos devidamente justificados, a participação de um ou vários beneficiários na Convenção pode ser denunciado pelo coordenador, agindo a pedido do beneficiário ou beneficiários, ou em nome de todos os outros beneficiários. Ao notificar a resolução para a AN, o coordenador deve incluir as razões da cessação da participação, a opinião do beneficiário ou beneficiários, a data em que a denúncia produz efeitos e a proposta dos restantes beneficiários relativas à redistribuição das tarefas desse beneficiário ou beneficiários, ou, se for o caso, a nomeação de um ou mais substitutos ao beneficiário ou beneficiários, investidos em todos os seus direitos e obrigações no âmbito da Convenção. A notificação deve ser enviada antes do termo deve-se a ter efeito.

Na ausência de fundamentação ou caso a AN considere que as razões expostas não pode justificar a resolução, deve notificar formalmente o coordenador, especificando os motivos da mesma, e a participação será considerada como tendo sido encerrada de forma inadequada, com as consequências previstas no quarto parágrafo do Artigo II.15.4.

Sem prejuízo do Artigo II.11.2, uma adenda à Convenção será feita, a fim de introduzir as modificações necessárias.

II.15.3 Resolução da Convenção e/ou participação de beneficiário(s) pela AN(s)

II.15.3.1 A AN pode decidir resolver a Convenção e/ou participação do(s) beneficiário(s) nas seguintes circunstâncias:

- a) Quando uma alteração jurídica, financeira, técnica, organizacional ou de propriedade do beneficiário for suscetível de afetar a execução da Convenção de maneira substancial ou de pôr em causa a decisão de concessão da subvenção;
- b) Quando após a cessação da participação de um ou vários beneficiários, as modificações necessárias na Convenção poria em causa a decisão de concessão da subvenção ou resultaria em tratamento desigual dos candidatos;
- c) Quando o beneficiário não executar o Projeto tal como especificado no Anexo I ou não cumprir com outra obrigação substancial que lhe incumba nos termos da Convenção;
- d) Em caso de força maior, notificada em conformidade com o Artigo II.13, ou em caso de suspensão pelo coordenador em resultado de circunstâncias excepcionais, notificada em conformidade com o Artigo II.14, quando for impossível retomar a execução ou quando as modificações necessárias à Convenção puserem em causa a decisão de concessão da subvenção ou resultarem no tratamento desigual dos requerentes;
- e) Se o beneficiário for objeto de um processo de falência, de liquidação, de cessação de atividade, ou estiver sujeito a qualquer outro meio preventivo de liquidação de património ou em qualquer outra situação análoga resultante de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais;
- f) Se o beneficiário ou qualquer pessoa relacionada, de acordo com a definição do segundo subparágrafo, tiver sido considerado culpado por falta grave em matéria profissional, comprovada por qualquer meio;
- g) Se o beneficiário não tiver cumprido as suas obrigações relativamente ao pagamento das contribuições para a segurança social ou ao pagamento de impostos de acordo com as disposições legais do país em que se encontre estabelecido ou em que o Projeto seja executado;
- h) Se a Comissão tiver provas de que o beneficiário ou qualquer pessoa relacionada, de acordo com a definição do segundo parágrafo, esteve envolvido em fraude, corrupção, participação numa organização criminosa, branqueamento de capitais ou qualquer outra atividade ilegal lesiva dos interesses financeiros da União;

- i) Se a AN tiver provas de que o beneficiário ou qualquer pessoa relacionada, de acordo com a definição do segundo subparágrafo, é responsável por erros substanciais, irregularidades ou fraude no procedimento de concessão ou na execução da Convenção, nomeadamente em caso de apresentação de informações falsas ou de omissão de informações exigidas para obter a subvenção prevista na Convenção;
- j) Se existir uma queixa feita por todos os outros beneficiários de que o coordenador não implementa o projeto como especificado no Anexo I ou falha no cumprimento com outra obrigação substancial que lhe está incumbida nos termos da convenção.

Para efeitos das alíneas f), h) e i), entende-se por «qualquer pessoa relacionada» qualquer pessoa singular com poderes para representar o beneficiário ou tomar decisões em seu nome.

II.15.3.2 Antes de resolver a presente Convenção e/ou participação de beneficiário(s), a AN deve notificar formalmente o coordenador da sua intenção, especificando os motivos e convidando-o, no prazo de 45 dias de calendário a contar da receção da notificação, a apresentar as suas observações, em representação dos beneficiários, e, no caso da alínea c) do Artigo II.15.3.1, a informar a AN sobre as medidas tomadas para garantir que continua a cumprir as suas obrigações no âmbito da Convenção.

Se, após o exame das observações apresentadas pelo coordenador, a AN decidir interromper o procedimento de resolução, esta deve notificar formalmente o coordenador.

Se não foram apresentadas observações ou se, apesar das observações apresentadas pelo coordenador, a AN decide prosseguir o procedimento de rescisão, poderá rescindir o contrato ou a participação de quaisquer beneficiários um ou vários notificando formalmente o coordenador do mesmo, especificando os motivos para a rescisão.

Nos casos previstos nas alíneas a), b), c), e) e g) do Artigo II.15.3.1, a notificação formal deve especificar a data em que a resolução produz efeitos. Nos casos previstos nas alíneas d), f), h) e i) do Artigo II.15.3.1, a resolução produz efeitos no dia seguinte à data de receção pelo coordenador da notificação formal.

II.16.3 Efeitos da resolução

Consumada a resolução, os pagamentos pela AN limitam-se ao montante determinado de acordo com o Artigo II.18, com base nos custos elegíveis incorridos pelos beneficiários e no nível real de execução do

Projeto à data em que a resolução produz efeitos. Os custos relacionados com os compromissos em curso, mas destinados a ser executados após a resolução, não são tomados em consideração. O coordenador dispõe de um prazo de 60 dias a contar da data em que a resolução da Convenção produz efeitos nos termos dos Artigos II.15.1 e II.15.3.2 para apresentar um pedido de pagamento do saldo, em conformidade com o disposto no Artigo I.4.3. Se não for recebido qualquer pedido de pagamento do saldo dentro deste prazo, a AN não terá que reembolsar nem cobrir quaisquer custos que não estejam incluídos no relatório intercalar e final aprovado pela AN. Nos termos do Artigo II.19, a AN procede à recuperação de qualquer montante já pago, desde que a sua utilização não seja substanciada pelos relatórios.

Nos casos em que a participação de um beneficiário cessa, este deve submeter ao coordenador um relatório sobre a implementação do projeto e, quando aplicável, um balanço financeiro que cubra o período limite para reportação da despesa, nos termos do Artigo I.4, e submetido à AN à data dos efeitos da cessação. Os documentos devem ser apresentados em tempo útil para permitir ao coordenador a elaboração do pedido de pagamento correspondente. Apenas os custos incorridos pelo beneficiário em causa até a data da cessação da sua participação tem efeito serão reembolsadas ou cobertas pela subvenção. Os custos relativos aos compromissos atuais que eram devidos para execução após o término, não serão considerados. O pedido de pagamento para o beneficiário em causa deve ser incluído no próximo pedido de pagamento apresentado pelo coordenador, de acordo com o cronograma previsto no Artigo I.4.

Nos casos em que a AN procede à resolução da Convenção nos termos da alínea c) do Artigo II.15.3.1 por o coordenador não ter apresentado o pedido de pagamento e, após notificação para o efeito, este não tiver cumprido essa obrigação no prazo estipulado no Artigo I.4.5, aplicar-se-á o primeiro parágrafo, sujeito ao seguinte:

- a) Não será concedido um prazo adicional, a contar da data em que a resolução da Convenção produz efeitos, para o coordenador apresentar um pedido de pagamento do saldo nos termos do Artigo I.4.3; e
- b) A AN não terá que reembolsar nem cobrir quaisquer custos incorridos pelos beneficiários até à data da resolução da Convenção ou até ao final do prazo definido no Artigo I.2.2, consoante a data que ocorrer primeiro, que não estejam justificados no relatório intercalar e/ou final aprovado pela AN.

Para além do primeiro, segundo e terceiro subparágrafos, em caso de cessão de participação pelo beneficiário ou em caso de resolução abusiva da Convenção pelo coordenador na aceção do Artigo II.15.1 e 15.2, e em caso de resolução da participação de beneficiário ou da Convenção pela AN na aceção das alíneas c), f) h) e ((i) do Artigo II.15.3.1, a AN também pode reduzir a subvenção ou recuperar os montantes

indevidamente pagos nos termos dos Artigos II.18.4 e II.19, proporcionalmente à gravidade das faltas em questão e após ter sido dada ao coordenador e/ou beneficiário(s) a oportunidade de apresentar as suas observações.

Nenhuma das partes terá direito a pedir indemnização por motivos de resolução pela outra parte.

PARTE B - DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

ARTIGO II.16 - CUSTOS ELEGÍVEIS

II.16.1 Financiamento em forma de custos unitários

Sempre que a subvenção assuma a forma de custos unitários, os mesmos devem reunir as seguintes condições:

- a) devem ser realmente utilizados ou produzidos no período previsto no Artigo I.2.2.;
- b) devem ser necessárias para a implementação do Projeto ou produzidos por ele;
- c) devem ser identificáveis e verificáveis, em especial, apoiados por registos e documentação especificadas no Artigo II.16.2

II.16.2 Cálculo dos custos unitários

II.16.2.1 Ação- Chave 1 - Educação para Adultos

Não Aplicável

II.16.2.2 Ação- Chave 1 - Ensino profissional e formação

Não Aplicável

II.16.2.3 Ação- Chave 1 - Ensino Superior

Não Aplicável

II.16.2.4. Ação-Chave 1 - Juventude

A. Viagens

a) Cálculo do montante da subvenção: o montante da subvenção é calculado multiplicando-se o número de participantes, incluindo pessoas de acompanhamento, pelo custo unitário aplicável à distância-banda em causa, conforme especificado no Anexo III da Convenção. O custo unitário por distância-banda representa a viagem de ida-volta entre o local de partida e o ponto de chegada.

b) Condição prévia: o direito à subvenção depende da realização efetiva da viagem reportada.

c) Documentos de suporte

- Para viagens a ter lugar entre a organização de envio e a organização de acolhimento, que levem a uma alteração da distância-banda, o itinerário real deve ser provado com bilhetes das viagens ou outras provas provenientes de terceiros, especificando o local de partida e o local de chegada. Em casos excecionais devidamente justificados, quando uma prova proveniente de terceiros não pode ser fornecida, a organização participante e a organização de acolhimento devem assinar uma declaração especificando o local de partida e o local de chegada, bem como a morada e o correio eletrónico do participante.

- No caso da viagem corresponder a um local diferente da sede da organização de envio e /ou se viajar para um local diferente da sede da organização de acolhimento, o itinerário da viagem será comprovado com bilhetes de viagem ou outras provas providas por terceiros (ex. excluindo autodeclaração do participante ou os beneficiários), especificando o local de partida e o ponto de chegada.

B. Apoio Individual

a) Cálculo do montante da subvenção: o montante da subvenção é calculado multiplicando-se o número de dias/meses por voluntário, segundo o custo unitário aplicável por dia/mês em vigor no país de acolhimento, conforme o especificado no Anexo III da Convenção. No caso de meses incompletos nas atividades a longo termo, o montante é calculado multiplicando o número de dias do mês incompleto por 1/30 do custo unitário por mês.

b) Condição prévia: o direito à subvenção depende da realização efetiva da atividade de mobilidade no período previsto.

c) Documentos de Suporte:

- prova da presença em atividades de mobilidade internacionais far-se-á sob a forma de uma declaração assinada pelo voluntário, especificando o local e data de início e término da atividade mencionada, bem como o nome e endereço eletrónico do voluntário
- prova de pagamento do total subvencionado pelo beneficiário ao voluntário na forma de transferência bancária ou declaração/recibo assinado pelo voluntário.

C. Apoio Organizacional

a) Cálculo do montante da subvenção: o montante da subvenção é calculado multiplicando-se o número de dias/meses por participante, segundo o custo unitário aplicável por dia/mês em vigor no país de acolhimento, conforme o especificado no Anexo III da Convenção. No caso de meses incompletos nas atividades a longo termo, o montante é calculado multiplicando o número de dias do mês incompleto por 1/30 do custo unitário por mês.

b) Condição prévia: o direito à subvenção depende da realização efetiva da atividade de mobilidade no período previsto.

c) Documentos de Suporte: a prova da presença em atividades de mobilidade internacionais far-se-á mediante uma declaração assinada pelo participante, especificando o local e data de início e término da atividade mencionada, bem como o nome e endereço eletrónico do participante

D. Apoio Linguístico (aplicável apenas ao SVE e apenas para atividades não cobertas pelo Apoio Linguístico Online)

a) Cálculo do montante da subvenção: o montante da subvenção é calculado multiplicando-se o número de voluntários a receber apoio linguístico, conforme especificado Anexo III da Convenção.

b) Condição prévia: o direito à subvenção depende da frequência de um curso de preparação linguística na língua do trabalho aquando da mobilidade.

c) Documentos de suporte:

- prova de frequência do curso mediante declaração assinada pelo prestador do serviço, especificando o nome do voluntário, a língua de ensino, o formato e a duração do apoio linguístico; e/ou,
- recibo/fatura relativo à aquisição de materiais de aprendizagem, especificando a língua respeitante, o nome e entidade emissora do recibo/fatura, o montante e moeda, e data; e/ou
- caso o apoio linguístico seja diretamente assegurado pelo beneficiário: uma declaração assinada e datada pelo voluntário, especificando o nome do voluntário, a língua de ensino, o formato e duração do apoio linguístico recebido.

II.16.2.5 - Ação Chave 2 - Parcerias Estratégicas

A. Gestão do Projeto e implementação

a) Cálculo do montante da subvenção: o montante da subvenção é calculado multiplicando-se o número de meses do Projeto por custo unitário aplicável ao beneficiário, conforme o especificado no Anexo III da Convenção.

b) Condição prévia: o direito à subvenção depende da realização efetiva da atividade e da produção dos resultados na rubrica/categoria orçamental constante na candidatura e nos termos da aprovação da AN.

c) Documentos de Suporte: a prova das atividades desenvolvidas e dos resultados produzidos far-se-á mediante a descrição das atividades e resultados do relatório final. Em acréscimo, os resultados obtidos serão registados pelo coordenador na Plataforma de Disseminação e, atendendo à sua natureza, disponibilizados na sede dos beneficiários para ações de monitorização e auditoria.

B, Encontros Transnacionais

a) Cálculo do montante da subvenção: o montante da subvenção é calculado multiplicando-se o número de participantes pelo custo unitário aplicável, conforme especificado no Anexo III da Convenção.

b) Condição prévia: o direito à subvenção depende da participação efetiva no encontro transnacional e da submissão do relatório de viagem.

c) Documentos de suporte

- Para viagens a ter lugar entre a organização de envio e a organização de acolhimento: a prova da presença em atividades de mobilidade far-se-á mediante uma declaração assinada pela organização de acolhimento, especificando o nome do participante, o seu endereço eletrónico, o objetivo e data de início e término da atividade mencionada.

- No caso da viagem corresponder a um local diferente do endereço do participante e /ou se viajar para um local diferente da sede da organização de acolhimento, que leve a uma alteração da distância-banda, o itinerário da viagem será comprovado com bilhetes de viagem ou outras faturas, especificando o local de partida e o ponto de chegada. Em casos excecionais devidamente justificados quando não podem ser apresentadas provas fornecidas por terceiros, o beneficiário pode assinar uma declaração especificando o local de partida e de chegada.

C. Outputs Intelectuais

a) Cálculo do montante da subvenção: o montante da subvenção é calculado multiplicando-se o número de dias de trabalho do *staff* do beneficiário pelo custo unitário aplicável por dia/ categoria do *staff*, no país de estabelecimento, conforme especificado no Anexo III da Convenção.

b) Condição prévia: o direito à subvenção depende da produção do referido *output* e da determinação da avaliação qualitativa pela AN.

c) Documentos de suporte:

- a prova dos *outputs* intelectuais produzidos far-se-á mediante o registo na Plataforma de Disseminação e, atendendo à sua natureza, disponibilizados na sede dos beneficiários para ações de monitorização e auditoria.

- prova dos recursos humanos envolvidos na produção dos *outputs* intelectuais segundo um cronograma por pessoa, identificando o nome, a categoria entre as 4 definidas no Anexo III, as datas e o número total de dias despendidos por pessoa na produção dos *outputs* intelectuais.

- prova da natureza da relação entre a pessoa e o respetante beneficiário (ex. contrato de trabalho, trabalho voluntário, etc.), registado oficialmente junto do beneficiário.

D. Eventos de Multiplicação

a) Cálculo do montante da subvenção: o montante da subvenção é calculado multiplicando-se o número de participantes das organizações além do beneficiário e outras organizações parceiras no Projeto, conforme especificado na Convenção pelo custo unitário por participante, nos termos do Anexo III da Convenção.

b) Condição prévia: o direito à subvenção depende da realização do evento e da determinação da avaliação qualitativa pela AN.

c) Documentos de suporte:

- descrição do evento de multiplicação no relatório final;

- prova de presenças no evento de multiplicação por intermédio de folha de presenças assinada pelos participantes contendo: nome, data e lugar do evento de multiplicação, e, para cada participante, nome, endereço eletrónico, assinatura, nome e morada da organização de envio;

- agenda detalhada e quaisquer outros documentos usados ou distribuídos no decurso do evento.

E. Atividades de aprendizagem, educação e formação

a) Cálculo do montante da subvenção: o montante da subvenção é calculado através de custos unitários, considerados para efeitos de viagens, apoio individual e apoio linguístico. O cálculo segue os seguintes termos:

- Viagens: o montante da subvenção é calculado multiplicando-se o número de participantes pelo custo unitário aplicável à distância-banda em causa, conforme especificado no Anexo III da Convenção.

- Apoio individual: o montante da subvenção é calculado multiplicando-se o número de dias/meses por participante, incluindo pessoas de acompanhamento, até 60 dias de estadia, segundo o custo unitário aplicável por dia/mês por tipo de participante em vigor no país de acolhimento, conforme o especificado no Anexo III da Convenção.

- Apoio Linguístico: o montante da subvenção é calculado multiplicando-se o número total de participantes sujeitos a apoio linguístico pelo custo unitário aplicável, conforme o especificado no Anexo III da Convenção.

b) Condição Prévia

- Viagens: o direito à subvenção depende da realização da viagem reportada pelo participante.

- Apoio Individual: o direito à subvenção depende da participação na atividade realizada no exterior;

- Apoio Linguístico: o direito à subvenção tem lugar para atividades no exterior superiores a 2 meses e depende da frequência de um curso linguístico preparatório na língua de trabalho/instrução pelo participante;

c) Documentos de suporte

(i) Viagens:

- Para viagens a ter lugar entre a organização de envio e a organização de acolhimento: a prova da presença em atividades de mobilidade internacionais far-se-á mediante uma declaração assinada pela organização de acolhimento, especificando o nome do participante, o endereço eletrónico, objetivo e data de início e término da atividade mencionada

- No caso da viagem corresponder a um local diferente da sede da organização de envio e /ou se viajar para um local diferente da sede da organização de acolhimento, que leve a uma alteração da distância-banda, o itinerário da viagem será comprovado com bilhetes de viagem ou outras faturas, especificando o local de partida e o ponto de chegada. Em casos excecionais devidamente justificados quando não podem ser apresentadas provas fornecidas por terceiros, o beneficiário pode assinar uma declaração especificando o local e partida e o local de chegada.

(ii) Apoio Individual

(iii) Apoio Linguístico

-prova de frequência do curso mediante declaração assinada pelo prestador do serviço, especificando o nome do voluntário, a língua de ensino, o formato e a duração do apoio linguístico; ou,

-recibo/fatura relativo à aquisição de materiais de aprendizagem, especificando a língua respeitante, o nome e entidade emissora do recibo/fatura, o montante e moeda, a data
ou,

-caso o apoio linguístico seja diretamente assegurado pelo beneficiário: uma declaração assinada e datada pelo participante, especificando o nome do participante, a língua de ensino, o formato e duração do apoio linguístico recebido.

II.16.2.6 Ação-Chave 3 - Dialogo Estruturado no âmbito da Juventude

A. Viagens

a) Cálculo do montante de subvenção: o montante da subvenção é calculado multiplicando-se o número de participantes pelo custo unitário aplicável à distância-banda em causa, incluindo pessoas de acompanhamento, conforme especificado no Anexo III da Convenção. O custo unitário por distância-banda representa a viagem de ida-volta entre o local de partida e o ponto de chegada.

b) Condição Prévia: o direito à subvenção depende da realização efetiva da viagem reportada.

c) Documentos de Suporte

- Para viagens a ter lugar entre a residência do participante e a organização de acolhimento: a prova da presença na atividade internacional far-se-á mediante uma declaração assinada pelo participante e organização de acolhimento, especificando o local e data de início e término da atividade mencionada, bem como o nome e endereço eletrónico do participante.

- No caso da viagem corresponder a um local diferente da residência do participante e /ou se viajar para um local diferente da sede da organização de acolhimento que leve a uma alteração da distância-banda, o itinerário da viagem será comprovado com bilhetes de viagem ou outras faturas, especificando o local de partida e o ponto de chegada. Em casos excecionais devidamente justificados, quando não podem ser apresentadas evidências por terceiros, o participante e a organização de acolhimento podem assinar uma

declaração especificando o local de partida e o local de chegada, bem como o nome e o endereço eletrónico do participante.

B. Apoio Organizacional

a) Cálculo do montante da subvenção: o montante da subvenção é calculado multiplicando-se o número de dias por participante pelo custo unitário aplicável por dia em vigor no país de acolhimento, conforme o especificado no Anexo III da Convenção.

b) Condição prévia: o direito à subvenção depende da participação efetiva na atividade de diálogo estruturado no período previsto.

c) Documentos de Suporte: a prova da presença em atividades de diálogo estruturado far-se-á mediante uma declaração assinada pelo participante, especificando o local e data de início e término da atividade mencionada, bem como o nome e endereço eletrónico do participante

II.16.3 Condições de elegibilidade e reembolso dos custos reais

Os custos reais do Projeto assumem a forma de reembolso, caso satisfaçam cumulativamente os seguintes critérios:

- a) Serem efetivamente suportados pelo beneficiário;
- b) Serem incorridos durante o prazo definido no Artigo I.2.2;
- c) Estarem indicados no orçamento previsional constante do Anexo II ou elegíveis mediante as transferências entre rubricas, nos termos do Artigo I.3.2;
- d) Serem incorridos em relação o Projeto, conforme descrito no Anexo I, e serem necessários para a sua execução;
- e) Serem identificáveis e controláveis, em especial estarem registados na contabilidade do beneficiário e serem determinados segundo os princípios contabilísticos aplicáveis do país em que o beneficiário está estabelecido e segundo as práticas habituais da contabilidade de custos do beneficiário;
- f) Obedecerem aos requisitos das normas fiscais e laborais aplicáveis;

- g) Serem razoáveis, justificados e respeitarem o princípio da boa gestão financeira, nomeadamente no que se refere à economia e à eficiência.
- h) Não estarem abrangidos por custos unitários, conforme o disposto no Artigo II.16.1.

II.16.4 Cálculo dos custos reais

II.16.4.1 Ação Chave 1 - Educação para Adultos, Ensino Superior

Não aplicável

II.16.4.2 Ação Chave 1 - Ensino Profissional e Formação

Não aplicável

II.16.4.3 Ação Chave 1 - Juventude

A. Apoio às necessidades especiais

- a) Cálculo do montante: os custos são reembolsados a 100% face aos custos elegíveis realmente incorridos.
- b) Custos elegíveis: custos diretamente relacionados com pessoas com necessidades especiais e pessoas de acompanhamento (incluindo custos de subsistência se justificados e desde que não tenham sido solicitadas verbas através das rubricas para as viagens e apoio organizacional) e que acrescem aos custos unitários, conforme especificado no Artigo II.16.1.
- c) Documentos de suporte: provas de pagamento dos custos realmente incorridos, à base de faturas, especificando o nome e morada do sujeito emissor, o montante e a moeda, e a data de emissão.

B. Custos Excepcionais (aplicado exclusivamente aos Intercâmbios de Jovens e SVE)

- a) Cálculo do montante: os custos são reembolsados a 75% dos custos efetivamente despendidos (para a garantia financeira) e a 100% face aos custos elegíveis realmente incorridos para participantes com menos oportunidades, para custos com vistos, autorização de residência, etc.
- b) Custos elegíveis:
 - custos relacionados com vistos, autorizações de residência, vacinação dos participantes em atividades de mobilidade internacional.
 - custos relacionados com estadia e refeições na Visita Antecipada de Planeamento.

- custos relacionados com tutoria reforçada e preparação específica para jovens com menos oportunidades (excluindo custos para viagens e a apoio organizacional para participantes e pessoas de acompanhamento).
- custos relacionados com a pré- garantia financeira depositada pelo beneficiário quando esta garantia é solicitada pela AN, como especificada no Artigo I.4.1 da Convenção.

c) Documentos de Suporte

- nos custos relacionados com vistos, autorizações de residência e vacinação: prova de pagamento mediante a apresentação de faturas/recibos dos custos realmente incorridos, especificando o nome e morada do sujeito emissor, o montante e a moeda, e a data de emissão.
- nos custos relacionados com permanência e refeições na Visita Antecipada de Planeamento: prova de pagamento mediante a apresentação de faturas/recibos dos custos de alojamento, especificando o nome e morada do sujeito emissor, o montante e a moeda, e a data de emissão.
- nos custos relacionados com tutoria reforçada e preparação específica para jovens com menos oportunidades: prova de pagamento mediante a apresentação de faturas/recibos dos custos relacionados, especificando o nome e morada do sujeito emissor, o montante e a moeda, e a data de emissão
- nos custos relacionados com a pré- garantia financeira: prova do custo da garantia financeira emitido pelo sujeito credor, especificando o nome e morada do sujeito, o montante e a moeda de referência da garantia, acrescido da data e assinatura do representante legal do sujeito emissor da garantia.

Para Projetos de mobilidade de *youth workers*

a) Cálculo do montante: os custos são reembolsados a 75% (para garantia financeira) e a 100% face aos custos elegíveis realmente incorridos (para vistos, autorizações de residência, etc.)

b) Custos Elegíveis:

- custos relacionados com vistos, autorizações de residência, vacinação dos participantes em atividades de mobilidade internacional
- nos custos relacionados com a pré- garantia financeira depositada pelo beneficiário quando esta garantia é solicitada pela AN, como especificada no Artigo I.4.1 da Convenção

c) Documento de Suporte:

nos custos relacionados com vistos, autorizações de residência e vacinação: prova de pagamento mediante a apresentação de faturas/recibos dos custos realmente incorridos, especificando o nome e morada do sujeito emissor, o montante e a moeda, e a data de emissão.

nos custos relacionados com a pré- garantia financeira: prova do custo da garantia financeira emitido pelo sujeito credor, especificando o nome e morada do sujeito, o montante e a moeda de referência da garantia, acrescido da data e assinatura do representante legal do sujeito emissor da garantia

II.16.4.4 Ação Chave 2 - Parcerias Estratégicas

A. Apoio às necessidades especiais

a)Cálculo do montante: os custos são reembolsados a 100% face aos custos elegíveis realmente incorridos.

b)Custos elegíveis: custos diretamente relacionados com pessoas com necessidades especiais no Projeto e pessoas de acompanhamento além do 60º dia de estadia e que acrescem aos custos unitários, conforme especificado no Artigo II.16.1

c)Documentos de Suporte: faturas/recibos dos custos realmente incorridos, especificando o nome e morada do sujeito emissor, o montante e a moeda, e a data de emissão.

B. Custos Excepcionais

a)Cálculo do montante: os custos são reembolsados a: (aa) 75% dos custos elegíveis realmente incorridos; ou (bb) 50.000 excluindo os custos relacionados com a Garantia Financeira solicitado nos termos da Convenção.

b)Custos elegíveis:

- Subcontratação: subcontratação e aquisição de bens e serviços, desde que sejam adquiridos em conformidade com o Anexo I e aprovados pela AN como especificado no Anexo II. Artigo II.9 e afetados ao Projeto;

- Garantia Financeira: custos relacionados com uma pré- garantia financeira depositada pelo beneficiário quando esta é solicitada pela AN, como especificado no Artigo I.4.1 da Convenção

- Os custos de depreciação de equipamentos e outros bens (novos ou em segunda mão), tal como registados nas demonstrações contabilísticas do beneficiário, desde que o bem tenha sido adquirido de acordo com o Artigo II.9 e amortizado em conformidade com as normas internacionais de contabilidade e com as práticas contabilísticas habituais do beneficiário; os custos de aluguer ou locação de equipamento ou outros bens também são elegíveis, desde que não excedam os custos de depreciação de equipamentos ou bens semelhantes e sejam excluídos de quaisquer taxas financeiras

c) Documentos de suporte:

-Subcontratação: faturas/recibos dos custos realmente incorridos, especificando o nome e morada do sujeito emissor, o montante e a moeda, e a data de emissão

-Garantia Financeira: prova do custo da garantia financeira emitido pelo sujeito credor, especificando o nome e morada do sujeito, o montante e a moeda de referência da garantia, acrescido da data e assinatura do representante legal do sujeito emissor da garantia

-Custos de depreciação: prova da aquisição, aluguer ou cedência de equipamento, registados na contabilidade do beneficiário, justificando que estes custos correspondem ao período previsto no Artigo I.2.2. e cuja taxa de implicação para os efeitos propostos do Projeto possam ser considerados.

II.16.4.5. Ação Chave 3 - Diálogo Estruturado no âmbito da Juventude

A. Apoio às Necessidades Especiais

a) Cálculo do montante: os custos são reembolsados a 100% face aos custos elegíveis realmente incorridos.

b) Custos elegíveis: custos diretamente relacionados com pessoas com necessidades especiais, incluindo pessoas de acompanhamento, (incluindo custos relacionados com subsistência se justificado e desde que não tenha sido solicitando financiamento para estes custos através das rubricas de viagens e apoio organizacional) e que acrescem aos custos unitários, conforme especificado no Artigo II.16.1.

c) Documentos de Suporte: provas de pagamento na base de faturas/recibos dos custos realmente incorridos, especificando o nome e morada do sujeito emissor, o montante e a moeda, e a data de emissão.

B. Custos Excepcionais

a) Cálculo do montante: os custos são reembolsados a 75% (para custos com consultas (online) e estudos de opinião dos jovens, para garantia financeira e custos de disseminação) e a 100% face aos custos elegíveis realmente incorridos (para custos relacionados com a participação de jovens com menos oportunidades, e custos relacionados com vistos, autorização de residência, vacinação de participantes em atividades internacionais).

b) Custos elegíveis:

- custos relacionados com vistos, autorizações de residência, vacinação dos participantes em atividades de mobilidade internacional
- custos relacionados com consultas (online), sondagens a jovens se necessário à implementação do Projeto.
- custos relacionados com a disseminação e exploração dos resultados
- custos adicionais diretamente relacionados com a participação de jovens com menos oportunidades

c) Documentos de suporte:

- nos custos relacionados com vistos, autorizações de residência e vacinação: prova de pagamento mediante a apresentação de faturas/recibos dos custos realmente incorridos, especificando o nome e morada do sujeito emissor, o montante e a moeda, e a data de emissão.
- nos custos relacionados com consultas (online), sondagens a jovens: prova de pagamento mediante a apresentação de faturas/recibos dos custos relacionados, especificando o nome e morada do sujeito emissor, o montante e a moeda, e a data de emissão
- No caso dos custos com disseminação e exploração dos resultados: provas de pagamento dos gastos com base em faturas/ recibos, especificando o nome e morado da entidade emissora dos documentos, a quantia e moeda aplicável e a data da fatura
- no caso de custos diretamente relacionados com a participação de jovens com menos oportunidades: provas de pagamento dos gastos com base em faturas/ recibos, especificando o nome e morado da entidade emissora dos documentos, a quantia e moeda aplicável e a data da fatura

II.16.5 Custos inelegíveis

Para além de quaisquer outros custos que não satisfaçam as condições definidas no Artigo II.16.1, os seguintes custos não são considerados elegíveis:

- a) A remuneração do capital;
- b) As dívidas e os encargos da dívida;
- c) As provisões para perdas ou dívidas;
- d) Os juros devedores;
- e) Os créditos duvidosos;

- f) As perdas cambiais;
- g) As despesas de abertura e de transferências operacionais cobradas pelo banco do beneficiário (incluindo os custos de transferências da AN cobradas pelo banco do beneficiário)
- h) Os custos declarados pelo beneficiário no quadro de um outro Projeto que receba uma subvenção financiada pelo orçamento da União (incluindo subvenções concedidas por um Estado-Membro e financiadas a partir do orçamento da União e subvenções concedidas por outros órgãos que não a Comissão para a execução do orçamento da União); em especial, os custos indiretos não são elegíveis no caso de uma subvenção de um Projeto concedido a um beneficiário que já receba uma subvenção de funcionamento financiada pelo orçamento da União durante o período em causa;
- i) No caso de aluguer ou cedência de equipamento, qualquer custo de aquisição do mesmo no término do período de aluguer ou cedência;
- j) As contribuições em espécie de terceiros;
- k) As despesas excessivas ou mal programadas;
- l) O IVA dedutível.

ARTIGO II.17 - PAGAMENTOS E MODALIDADES DE PAGAMENTO

II.17.1 Garantia Financeira

Quando o pagamento dos pré-financiamentos é condicionado à apresentação de uma Garantia Financeira, a mesma deverá ser reproduzida considerando as seguintes condições:

- a) ser emitida por uma entidade bancária e/ou financeira, ou, a pedido do coordenador e aceite pela AN, por terceiros;
- b) o fiador permanece como garante da dívida, não sendo exigido à AN que interponha recurso contra o devedor principal (ou seja, o beneficiário em causa)
- c) Permanência em vigor até que o pré-financiamento dê azo ao pagamento do saldo pela AN, e, caso o pagamento do saldo seja cumprido nos termos do Artigo II.19, três meses após a notificação do

beneficiário, em conformidade com o Artigo II.19.3, a AN deverá dispensar a garantia no período do mês seguinte.

II.17.2 Suspensão do prazo de pagamento

O prazo de pagamento fixado nos Artigos I.4.2 e I.4.4 pode ser suspenso pela AN em qualquer momento mediante notificação ao coordenador de que o seu pedido de pagamento não pode ser aceite por não ser conforme com as disposições da Convenção, por não terem sido apresentados os documentos comprovativos adequados ou por suspeita de não elegibilidade de determinadas despesas constantes no relatório intercalar e/ou final.

O coordenador deve ser notificado logo que possível dessa suspensão, bem como dos respetivos motivos.

A suspensão produz efeitos na data de envio da notificação pela AN. O prazo de pagamento remanescente é retomado assim que a informação ou os documentos revistos solicitados tenham sido recebidos ou que as verificações adicionais necessárias tenham sido realizadas, incluindo verificações no local. Se a suspensão exceder dois meses, o coordenador pode solicitar à AN que decida sobre a continuação da suspensão.

Se o prazo de pagamento for suspenso na sequência da rejeição de um dos relatórios intercalares previstos no Artigo I.4.2 e/ou o relatório final apresentado também for rejeitado, a AN reserva-se o direito de pôr termo à Convenção nos termos do Artigo II.15.3.1, alínea c), com os efeitos descritos no Artigo II.15.4.

II.17.3 Suspensão de pagamentos

A AN pode, a qualquer momento durante a execução da Convenção, suspender os pagamentos de pré-financiamento, pagamentos intermédios ou pagamento do saldo para todos os beneficiários:

- a) Se a AN tiver provas de que o beneficiário é responsável por erros substanciais, irregularidades ou fraude no procedimento de concessão ou na execução da subvenção ou se o beneficiário não cumprir as suas obrigações decorrentes da Convenção;
- b) Se a AN suspeitar de que o beneficiário é responsável por erros substanciais, irregularidades, fraude ou incumprimento das obrigações no procedimento de concessão ou na execução da Convenção e precisar de verificar se estes ocorreram efetivamente.

Antes de suspender os pagamentos, a AN notifica formalmente o coordenador da sua intenção de suspender os pagamentos, especificando as razões para esse facto e, nos casos mencionados na alínea a) do primeiro subparágrafo, as condições necessárias para retomar os pagamentos. O coordenador será convidado a apresentar as suas observações no prazo de 30 dias de calendário a partir da receção da notificação.

Se, após o exame das observações apresentadas pelo coordenador, a AN decidir interromper o procedimento de suspensão dos pagamentos, esta deve notificar formalmente o coordenador.

Se não tiverem sido apresentadas observações ou se, apesar das observações apresentadas pelo coordenador, a AN decidir prosseguir com o procedimento de suspensão do pagamento, através de notificação formal dirigida ao coordenador, especificando os motivos da suspensão e, no caso mencionado na alíneas a) do primeiro subparágrafo, as condições definitivas para retomar os pagamentos ou, no caso mencionado na alínea b) do primeiro subparágrafo, a data indicativa de conclusão da verificação necessária.

O coordenador deverá informar de imediato os restantes beneficiários A suspensão dos pagamentos produz efeitos na data de envio da notificação pela AN.

Para que os pagamentos possam ser retomados, os beneficiários devem tomar todas as medidas para satisfazer, o mais rapidamente possível, as condições indicadas na notificação e deve informar a AN de quaisquer progressos realizados neste sentido.

A AN, assim que considerar que estão reunidas as condições para retomar os pagamentos ou que tenham sido realizadas as verificações necessárias, incluindo verificações no local, designadamente *on spot checks*, deve notificar formalmente o coordenador.

Durante o período de suspensão dos pagamentos e sem prejuízo do direito de suspender a execução nos termos do Artigo II.14.1 ou de resolver a participação de um beneficiário e/ou da Convenção nos termos do Artigo II.15.1 e II.15.2, o coordenador não tem direito a apresentar os pedidos de pagamento nem os documentos comprovativos referidos no Artigo I.4.2 e I.4.3.

Os pedidos de pagamento e documentos comprovativos correspondentes podem ser apresentados, logo que possível, após a retoma dos pagamentos ou podem ser incluídos no primeiro pedido de pagamento devido na sequência da retoma dos pagamentos, de acordo com o calendário apresentado no Artigo I.4.1.

II.17.4 Notificação dos montantes devidos

A AN deve enviar uma notificação formal com os montantes devidos, especificando se trata de um novo pagamento de pré-financiamento, de um pagamento intermédio ou do pagamento do saldo. No caso do pagamento do saldo, a AN deve especificar igualmente o montante final da subvenção determinado nos termos do Artigo II.18.

II.17.5 Juros de mora

Após expiração dos prazos de pagamento especificados nos Artigos I.4.2, I.4.3, I. 4.4 e II.17.1, sem prejuízo do disposto nos Artigos II.17.2 e II.17.3, o beneficiário tem direito a juros de mora. Os juros a pagar não são tidos em consideração na determinação do montante final da subvenção na aceção do Artigo II.18.3.

O juro de mora será determinado nos termos das disposições nacionais aplicáveis na Convenção ou nos termos do regulamento interno da AN.

Na ausência de provisões, o juro de mora determina-se com base nos seguintes termos:

- a) O juro de mora baseia-se na taxa aplicada pelo Banco Central Europeu às suas operações principais de refinanciamento em euros («taxa de referência»), acrescida de três pontos e meio. A taxa de referência será a taxa em vigor no primeiro dia do mês em que termina o prazo de pagamento, publicada na série C do *Jornal Oficial da União Europeia*.
- b) A suspensão do prazo de pagamento, nos termos do Artigo II.17.2, ou do pagamento pela AN nos termos do Artigo II.17.3, não pode ser considerada como um atraso no pagamento.
- c) Os juros de mora devem cobrir o período entre o dia seguinte à data em que o pagamento é devido e a data de pagamento efetiva, inclusive, tal como definido no Artigo II.17.7.
- d) Em derrogação do disposto, quando os juros calculados forem iguais ou inferiores a 200 EUR, estes só serão pagos ao beneficiário mediante pedido que deve ser apresentado no prazo de dois meses a contar do recebimento do pagamento em atraso.

II.17.6 Moeda dos pagamentos

Os pagamentos da AN são efetuados em euros.

Sempre que as contas gerais do beneficiário sejam processadas em euro, deve converter os custos incorridos em outra moeda para euros de acordo com as suas práticas contabilísticas regulares.

Sempre que o beneficiário processe as suas contas gerais em outra moeda que não o euro, devem converter os custos incorridos em outra moeda em euros à média das taxas de câmbio diárias publicadas na série C do Jornal Oficial da União Europeia, determinados ao longo do correspondente período de relatório. Caso não haja publicação no Jornal Oficial da União Europeia da taxa de câmbio diária do euro para a moeda em questão, a conversão deve ser feita na média das taxas mensais de contabilidade estabelecidas pela Comissão e publicadas em seu site (http://ec.europa.eu/orçamento/contracts_grants/info_contracts/inforeuro/inforeuro_en.cfm), determinado durante o período do relatório correspondente.

II.17.7 Data de pagamento

Os pagamentos da AN consideram-se efetuados na data em que são debitados à conta da AN, salvo disposição contrária da lei nacional.

II.17.8 Custos das transferências

Os custos das transferências são suportados da seguinte forma:

- a) Os custos da transferência cobrados pelo banco da AN são suportados pela AN;
- b) Os custos de receção da transferência cobrados pelo banco do beneficiário são suportados pelo beneficiário;
- c) Todos os custos resultantes da repetição de transferências causada por uma das partes são suportados pela parte que ocasionou essa repetição.

II.17.9 Pagamentos ao coordenador

Pagamentos ao coordenador isenta a AN da sua obrigação de pagamento.

ARTIGO II.18 - DETERMINAÇÃO DO MONTANTE FINAL DA SUBVENÇÃO

II.18.1 Cálculo do montante final

Sem prejuízo dos Artigos II.18.2, II.18.3 e II.18.4 o montante final da subvenção será determinado da seguinte forma:

- a) Quando a subvenção assumir a forma de reembolso de custos elegíveis, o montante será obtido aplicando a taxa de reembolso especificada nesse Artigo aos custos elegíveis do Projeto aprovado pela AN para as categorias de custos e beneficiários.
- b) Quando a subvenção assumir a forma de uma contribuição unitária, o montante será obtido multiplicando a contribuição unitária especificada nesse Artigo pelo número efetivo de unidades aprovadas pela AN relativamente aos beneficiários.

Quando o Anexo II prever uma combinação de diferentes formas de subvenções, esses montantes devem ser somados.

II.18.2 Montante máximo

O montante total pago aos beneficiários pela AN não pode, em circunstância alguma, exceder o montante máximo especificado no Artigo I.3.1.

Quando o montante determinado nos termos do Artigo II.18.1 exceder este montante máximo, o montante final da subvenção será limitado ao montante máximo especificado no Artigo I.3.1.

II.18.3 Regra da inexistência de lucro e tomada em consideração das receitas

II.18.3.1 A subvenção não pode produzir lucro para o beneficiário. Entende-se por «lucro» um excedente das receitas sobre os custos elegíveis do Projeto.

II.18.3.2 As receitas a ter em conta são as receitas apuradas, geradas ou confirmadas na data em que o pedido de pagamento do saldo é efetuado pelo coordenador, que se enquadrem numa das duas categorias seguintes:

- a) Receitas geradas pelo Projeto; ou
- b) Contribuições financeiras especificamente atribuídas pelos doadores para o financiamento dos custos elegíveis da ação reembolsados pela AN em conformidade com o Artigo I.3.

II.18.3.3 Não devem ser consideradas receitas a ter em conta na verificação da inexistência de lucro para os beneficiários:

- a) As contribuições financeiras referidas no Artigo II.18.3.2, que podem ser utilizadas pelos beneficiários para cobrir custos não elegíveis ao abrigo da Convenção;
- b) As contribuições financeiras referidas no Artigo II.18.3.2, alínea b), cuja parte não utilizada não é devida aos doadores no final do período fixado no Artigo I.2.2;

II.18.3.4 Os custos elegíveis a ter em conta são os custos elegíveis aprovados pela AN para as categorias de custos reembolsadas de acordo com o Artigo II.16.

II.18.3.5 Quando o montante final da subvenção determinado nos termos do Artigo II.18.1 e Artigo II.18.2 resultar em lucro para o beneficiário, o lucro deve ser deduzido proporcionalmente à taxa final de reembolso dos custos diretos elegíveis da ação aprovados pela AN para as categorias de custos mencionadas no Artigo II.16.3. Esta taxa final deve ser calculada com base no montante final da subvenção, na forma mencionada no Artigo I.3.1, determinada nos termos dos Artigos II.18.1 e II.18.2.

II.18.4 Redução por má execução, execução parcial ou tardia

Se o Projeto não for executado ou for executado de forma deficiente, parcial ou tardia, a AN pode reduzir a subvenção inicialmente prevista, de acordo com a execução efetiva da ação e nas condições previstas no Anexo III da Convenção.

II.18.5 Notificação do montante final da subvenção

A AN deve informar o coordenador do montante final da subvenção por meio de uma carta de notificação formal enviada no prazo de 60 dias a contar da receção do relatório final do coordenador. O coordenador deve fazer quaisquer observações sobre o montante final da subvenção no prazo de 30 dias corridos contados a partir da carta de notificação.

Caso o coordenador remeta observações para a AN dentro do período autorizado, a AN deverá analisá-los e informar o coordenador do montante final da subvenção por meio de uma carta de notificação especificando o montante final da subvenção revisto no prazo de 30 dias a contar da receção das observações do coordenador.

O disposto no presente Artigo não prejudica a possibilidade de o coordenador ou o AN de tomar medidas legais contra a outra parte, em conformidade com as disposições estabelecidas no Artigo I.8.2.

ARTIGO II.19 - RECUPERAÇÃO

II.19.1 Responsabilidade financeira

Quando um montante é recuperado nos termos da Convenção, o coordenador deve reembolsar à AN o montante em questão, mesmo que não seja o destinatário final do montante devido.

II.19.2 Recuperação após pagamento do saldo

Antes da recuperação a AN deve notificar através de ofício o coordenador ou beneficiário respetivo sobre o devido montante e as razões da recuperação, convidando o beneficiário para que no prazo de 30 dias (dias de calendário) após a receção da notificação faça as observações que considere pertinentes.

Com base nas observações do beneficiário, a AN pode rever a decisão de recuperação e, se aplicável, novo montante a ser recuperado. Neste caso, ou se não for apresentada nenhuma justificação pelo beneficiário ou coordenador ou se, apesar das observações, a AN decide prosseguir com a recuperação considerada, a AN deve confirmar formalmente a recuperação, emitindo, através de notificação ao coordenador ou beneficiário, uma nota de débito. A nota de débito deve conter o montante, os termos e a data para pagamento.

Se o beneficiário ou coordenador não reembolsar o montante devido na data especificada na nota de débito a AN deve recuperar a quantia devida:

- a) Assim que possível, através de encontro de contas de quantias que são devidas ao beneficiário ou coordenador em causa, informando-o que o montante devido para reembolso será reduzido a uma pagamento em curso ou a um futuro pagamento;
- b) Se aplicável, acionando a garantia financeira quando fornecida nos termos do artigo I.4.1
- c) Através de ação judicial contra o beneficiário de acordo com as leis nacionais como determinado pelo artigo I.8

II.19.3 Procedimento de recuperação

Antes da recuperação, a AN notificará formalmente o beneficiário e/ou o coordenador em causa da sua intenção de recuperar o montante pago indevidamente, especificando o montante devido e

os motivos para a recuperação e convidando o beneficiário a apresentar observações dentro de um período específico.

Caso o coordenador ou o beneficiário apresente observações no período previsto, a AN remete uma notificação à parte interessada nos termos da revisão do balanço final, do montante de reembolso e dos procedimentos para recuperação.

Se não forem apresentadas observações ou se, apesar das observações apresentadas pelo coordenador e/ou beneficiário, a AN decidir prosseguir com a recuperação, a AN pode confirmar a recuperação notificando formalmente o coordenador e/ou beneficiário através de numa nota de débito («nota de débito»), especificando os termos e a data do pagamento, ou recorrer, sempre que possível, à recuperação do débito mediante a dedução dos valores em falta em pagamentos atuais e/ou futuros à entidade coordenadora/beneficiária, quando por esta são geridas Convenções.

Se o pagamento não for efetuado pelo coordenador/beneficiário até à data especificada na nota de débito, a AN recuperará o montante devido:

- a) Pelo acionamento da garantia financeira, se estiver prevista no Artigo I.4.1 («acionamento da garantia financeira»);
- b) Através de uma ação judicial, nos termos do Artigo I.8.

II.19.4 Juros de mora

Se o pagamento não tiver sido efetuado na data definida na nota de débito, o montante em dívida vencerá juros à taxa referida no Artigo II.17.5. Os juros de mora devem cobrir o período entre o dia seguinte à data de pagamento e a data em que a AN receber efetivamente o total do montante em dívida, inclusive.

Qualquer pagamento parcial será imputado primeiramente às despesas e juros de mora e em seguida ao capital

II.19.5 Despesas bancárias

As despesas bancárias associadas à recuperação das importâncias devidas à AN serão suportadas pelo beneficiário, exceto se aplicar a Diretiva 2007/64/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de novembro de 2007, relativa aos serviços de pagamento do mercado interno, que altera as Diretivas 97/7/CE, 2002/65/CE, 2005/60/CE e 2006/48/CE e revoga a Diretiva 97/5/CE.

ARTIGO II.20 - VERIFICAÇÕES, AUDITORIAS E AVALIAÇÃO

II.20.1 Verificações técnicas e financeiras

A AN e a Comissão podem realizar verificações técnicas e financeiras e auditorias relativamente à utilização da subvenção.

As informações e os documentos fornecidos no âmbito das verificações ou auditorias devem ser tratados com confidencialidade.

As verificações, auditorias ou avaliações da AN e Comissão podem ser realizadas diretamente pelos seus funcionários ou por um outro organismo externo autorizado para esse efeito. As verificações e/ou auditorias podem ser realizadas com base em controlos documentais nas instalações da AN, na Comissão ou qualquer pessoa ou entidade mandatada por estes, ou na sede beneficiário ou outros locais e instalações onde o Projeto é ou foi conduzido.

Os beneficiários devem conceder à AN e à Comissão, bem como qualquer pessoa ou entidade mandatada por estes, o pleno direito de acesso a todos os documentos relativos à execução do Projeto, seus resultados e a utilização da subvenção, de acordo com os termos e condições da presente Convenção. Os beneficiários devem conferir-lhes também o acesso aos locais e instalações onde o Projeto é ou foi realizado. O direito de acesso será concedido até cinco anos após a data de pagamento do saldo da subvenção ou o seu reembolso por parte dos beneficiários, a menos que um período mais longo seja exigido pela lei nacional.

As verificações, auditorias ou avaliações podem ser iniciadas durante a execução da Convenção e por um período de cinco anos a contar da data de pagamento do saldo. Este período será limitado a três anos se o montante máximo especificado no Artigo I.3 não for superior a 60 000 EUR.

O processo de verificação, auditoria ou avaliação será considerado como iniciado na data de receção da carta da AN que o anuncia.

II.20.2 Dever de guardar a documentação

O beneficiário deve manter todos os documentos originais, em especial os registos de contabilidade e fiscais, arquivados de forma adequada, incluindo originais digitalizados quando autorizados pelo respetivo direito nacional e nas condições aí previstas, por um período de cinco anos a contar da data de pagamento do saldo.

Este período será limitado a três anos se o montante máximo especificado no Artigo I.3 não for superior a 60 000 EUR, a menos que um período mais longo seja exigido pela lei nacional

Os períodos previstos no primeiro e segundo subparágrafos devem ser mais longos se houver auditorias, recursos, litígios ou ações em curso relativos às subvenções. Nesses casos, o beneficiário deve guardar todos os documentos até que essas auditorias, recursos, litígios ou ações estejam encerrados.

II.20.3 Obrigação de prestar informações

O coordenador compromete-se a facultar todos os dados pormenorizados, incluindo em formato eletrónico, solicitados pela AN ou por qualquer outro organismo externo mandatado pela AN, no contexto das verificações, auditorias ou avaliações. Quando apropriado, A AN poderá solicitar diretamente essas informações ao beneficiário.

Quando uma verificação e/ou auditoria é iniciada após o pagamento do saldo, essas informações devem ser fornecidas pelo beneficiário em causa.

O AN pode solicitar essa informação no contexto de verificações e auditorias, tal como referido no Artigo II.20.1.

Se o beneficiário não cumprir as obrigações previstas no primeiro e segundo subparágrafos, a AN pode:

- a) Considerar inelegíveis quaisquer custos insuficientemente justificados pelas informações apresentadas pelo beneficiário;
- b) Considerar indevidas quaisquer contribuições unitárias, de montante fixo ou com base numa taxa fixa insuficientemente justificadas pelas informações apresentadas pelo beneficiário.

II.20.4 Procedimento contraditório de auditoria

Com base nos resultados da auditoria, será elaborado um relatório provisório («projeto de relatório de auditoria») no prazo de 30 dias. Este será enviado pela AN ou pelo seu representante autorizado ao beneficiário, que terá 30 dias a contar da data da receção para apresentar observações. O relatório final («relatório final de auditoria») será enviado ao beneficiário no prazo de 30 dias a contar do termo do prazo para a apresentação de observações.

II.20.5 Efeitos dos resultados da auditoria

Com base nos resultados finais da auditoria, a AN pode tomar as medidas que considerar necessárias, incluindo a recuperação total ou parcial dos pagamentos efetuados, em conformidade com o Artigo II.19.

No caso de resultados finais de auditoria posteriores ao pagamento do saldo, o montante a recuperar corresponde à diferença entre o montante final revisto da subvenção, determinado nos termos do Artigo II.18, e o montante total pago aos beneficiários ao abrigo da Convenção para a execução do Projeto.

II.20.6 Verificações e inspeções pelo OLAF

O Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) dispõe dos mesmos direitos que a AN, nomeadamente o direito de acesso, em matéria de verificações e inquéritos, nos termos no Regulamento (Euratom, CE) N°883/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Ao abrigo do Regulamento (Euratom, CE) n.º 2185/96 do Conselho, de 11 de novembro de 1996, relativo às inspeções e verificações no local efetuadas pelo OLAF para proteger os interesses financeiros das Comunidades Europeias contra a fraude e outras irregularidades, do Regulamento (CE) n.º 1073/1999 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de maio de 1999 e do Regulamento (Euratom) n°1074/1999, relativo aos inquéritos efetuados pelo OLAF, o OLAF também pode realizar verificações e inspeções no local de acordo com os procedimentos previstos pelo direito da União para a proteção dos interesses financeiros da União contra a fraude e outras irregularidades.

II.20.9 Verificações e auditorias pelo Tribunal de Contas Europeu

O Tribunal de Contas Europeu dispõe dos mesmos direitos que a AN e a Comissão, nomeadamente o direito de acesso, em matéria de verificações e auditorias.

ARTIGO II.21 - MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

II.21.1. Monitorização e avaliação do Projeto

Os beneficiários aceitam participar e contribuir para as atividades de monitorização e avaliação organizada pela AN e a Comissão Europeia, bem como por quaisquer pessoas e organismos mandatados pelos mesmos.

Neste contexto, os beneficiários concedem à AN e à Comissão Europeia, bem como quaisquer pessoas e entidades por estes mandatados, o pleno direito de acesso a todos os documentos relativos à execução do projeto e seus resultados. O direito de acesso será concedido até cinco anos após a data de pagamento do saldo da subvenção ou o seu reembolso por parte dos beneficiários.

II.21.2. Avaliação periódica dos contributos unitários

Os beneficiários aceitam que a AN e a Comissão podem verificar os registos legais dos beneficiários (isto é, os registos que devem ser mantidos de acordo com as obrigações legais a que estão cometidos), incluindo os correspondentes documentos justificativos, com a finalidade de avaliar periodicamente dos níveis de contribuição da unidade.

Essas análises não devem resultar em um ajuste do montante final da subvenção ao abrigo desta Convenção, mas pode ser usado pela AN e a Comissão tendo em vista possíveis futuras revisões da contribuição unitária.